DECISÃO SINGULAR DSG - G.MJMS - 7050/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/5996/2014
PROTOCOLO	: 1508144
ÓRGÃO	: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
RESPONSÁVEL	: THIE HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS
CARGO DA RESPONSÁVEL	: SECRETÁRIA DE ESTADO
TIPO DE PROCESSO	: CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
RELATORA	: MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
BENEFICIÁRIA	: JÚLIA DA ROCHA

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ – CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGIMENTAIS E LEGAIS PROVENTOS PROPORCIONAIS – REGISTRO

Trata-se do processo da concessão de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, por parte do Estado de Mato Grosso do Sul, a servidora Sra. Júlia da Rocha, ocupante do cargo de Assistente de Atividades Educacionais, lotada na Secretaria de Estado de Educação na Escola Estadual Aracy Eudociak.

Foram demonstrados nos autos a tempestividade da remessa a esta Corte de Contas, estabelecido como 15 (quinze) dias da data da publicação, atendendo assim o constante no Anexo I, Capítulo II, Seção II, da Instrução Normativa TC/MS n.º 35 de 14.12.2011, alterada pela Instrução Normativa n. 38, de 28.11.12.

ESPECIFICAÇÃO	DATA
Publicação	27/05/2014
Prazo de Entrega	10/06/2014
Remessa (postagem/protocolo)	28/05/2014

- Do Tempo de Contribuição:

O direito que ampara a Aposentadoria está previsto no art. 35, caput, da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, combinado o art. 1º da Emenda

Constitucional n. 70, de 29 de março de 2012, a qual foi concedida através do Decreto nº 2.209/14, publicada no Diário Oficial n 8.683, pag. 169.

Conta ainda na Certidão de Tempo de Contribuição a comprovação do cômputo de proventos proporcionais conforme preceitos legais e constitucionais, peça nº 1 fls. 17/18, abaixo demonstrado:

QUANTIDADE DE ANOS	QUANTIDADE DE DIAS
22 (vinte e dois) anos, 02 (dois) meses e 07 (sete) dias	8.099 (oito mil e noventa e nove) dias

- Da invalidez:

Conforme Boletim de Inspeção Médica, fl. 05 da peça 1, a Servidora teve sua incapacidade homologada por invalidez a partir de 23/10/2013 conforme CID G20 (doença de parkinson).

A equipe técnica da Inspetoria de Controle de Atos de Pessoal, conforme análise ANA-16843/2014, peça nº 6, concluiu a instrução processual sugerindo o **REGISTRO** da presente aposentadoria por invalidez.

Encaminhado ao Ministério Público de Contas, em Parecer PAR-MPC-GAB.4-DR.JOAOMJR/SUBSTITUTO-10974/2015, pronunciou-se pelo **REGISTRO** da aposentadoria por invalidez, peça nº 7.

É o relatório.

Examinado os autos, constato que a APOSENTARIA POR INVALIDEZ encontra-se formalizada conforme os ditames legais, uma vez que foram apresentados os documentos pertinentes.

Diante do exposto, acolhendo a Análise Técnica e o Parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

I – Pelo REGISTRO da concessão de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ da servidora Sra. Júlia da Rocha, CPF n. 518.711.221-04, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Estado de Educação na Escola Estadual Professora Brasilina Ferraz Manteiro do Estado de Mato Grosso do Sul, com fulcro no artigo 34, inciso II da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, c/c artigo 10, inciso I do Regimento Interno desta Corte de Contas.

II – Pela comunicação do resultado desta Decisão aos interessados, em obediência ao artigo nº 50 da Lei Complementar Estadual nº 160/2012.

III – Pela remessa dos autos ao Cartório para as providências regimentais.

É a Decisão.

Campo Grande/MS, 29 de setembro de 2015.

Cons. MARISA SERRANO
Relatora

fer